

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ª SL

20.abril.2021

Aos vinte dias do mês de abril de 2021, pelas 15:30 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de ata

- 13 de abril de 2021

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de iniciativas

3.1.1. Projetos de Lei e Projetos de Resolução – para apreciação na especialidade

3.1.1.1. [Projeto de Lei n.º 753/XIV/2.ª \(PAN\)](#) - Clarifica a prorrogação do prazo para entrega e apresentação de teses ou dissertações, através de uma norma interpretativa da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro

3.1.1.2. [Projeto de Lei n.º 726/XIV/2.ª \(PCP\)](#) – Medidas de apoio aos estudantes do Ensino Superior Público

[Projeto de Lei n.º 747/XIV/2.ª \(PS\)](#) – Prorroga medidas excecionais e temporárias para salvaguarda dos direitos dos estudantes do ensino superior

3.1.1.3. [Projeto de Lei n.º 752/XIV/2.ª \(PAN\)](#) – Altera o Decreto-Lei n.º 22-D/2021, de 22 de março, possibilitando a realização de exame de melhoria de nota interna no ensino secundário

[Projeto de Lei n.º 760/XIV/2.ª \(PSD\)](#) – Altera o Decreto-Lei n.º 22-D/2021, de 22 de março, permitindo aos Alunos a realização de exame de melhoria de nota interna no Ensino Secundário

[Projeto de Lei n.º 769/XIV/2.ª \(CDS-PP\)](#) – Altera o Decreto-Lei n.º 10-B/2021, de 4 fevereiro, na sua redação atual, de modo a permitir aos alunos a realização de exames nacionais para efeito de melhoria da classificação final

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ª SL

3.1.1.4. [Projeto de Resolução n.º 1109/XIV/2.ª \(IL\)](#) – Pelo direito dos estudantes realizarem exames nacionais para melhoria da classificação interna

[Projeto de Resolução n.º 1107/XIV/2.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo que permita que os exames nacionais realizados no presente ano letivo tenham efeito de melhoria da classificação final

3.1.2. Proposta de Lei – para apreciação na generalidade

- [Proposta de Lei n.º 86/XIV/2.ª \(GOV\)](#) - Aprova a Lei das Grandes Opções para 2021-2025

3.2. Pedido de audiência

- Da Associação Nacional de Pais em Ensino Doméstico, para debaterem questões sobre o regime desta modalidade de ensino (equacionado na PPL n.º 82/XIV/2.ª)

3.3. Relatório de audição

- Do Inclusive Community Forum (ICF) – NOVA School of Business & Economics (SBE), pelo Grupo de Trabalho - Educação Inclusiva

3.4. Indicação de Deputados relatores em falta

3.5. Parlamento dos Jovens

3.5.1. Apreciação e votação das datas das sessões nacionais do Parlamento dos Jovens

3.5.2. Apreciação e votação das alterações ao Regimento do Parlamento dos Jovens

4. Audição de peticionários da [petição n.º 199/XIV/2.ª](#) – Concurso de mobilidade interna

- Deputado relator: António Cunha (PSD)

5. Audição de peticionários da [petição n.º 206/XIV/2.ª](#) – Pela defesa do ensino presencial para as crianças

- Deputado relator: Maria Joaquina Matos (PS)

6. Discussão e votação na especialidade de Projetos de Resolução

- [Projeto de Resolução n.º 651/XIV/2.ª \(BE\)](#) - Pela autonomia da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ª SL

- [Projeto de Resolução n.º 661/XIV/2.ª \(PCP\)](#) - Pela salvaguarda da autonomia da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova
- [Projeto de Resolução n.º 662/XIV/2.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que encontre uma solução para a Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova social e territorialmente justa para o concelho
- [Projeto de Resolução n.º 683/XIV/2.ª \(PSD\)](#) - Recomenda ao governo que promova esforços concertado para que sejam encontradas soluções alternativas que garantam, simultaneamente, a sustentabilidade financeira do Instituto Politécnico de Castelo Branco e a sua permanência no território de Idanha-a-Nova, contribuindo assim para a coesão territorial e o desenvolvimento de toda esta região do Interior do país
- [Projeto de Resolução n.º 713/XIV/2.ª \(PEV\)](#) - Autonomia administrativa, pedagógica e científica da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova
- [Projeto de Resolução n.º 730/XIV/2.ª \(PS\)](#) - Recomenda ao governo que promova uma solução que salvaguarde o projeto educativo da Escola Superior de Gestão da Idanha-a-Nova e do Instituto Politécnico de Castelo Branco

7. Discussão e votação na especialidade de Projetos de Resolução sobre a Escola Básica de 2.º e 3.º Ciclo da Trafaria

- [Projeto de Resolução n.º 181/XIV/1.ª \(BE\)](#) – Recomenda ao Governo a construção de uma nova escola básica (2.º e 3.º ciclo) da Trafaria
- [Projeto de Resolução n.º 977/XIV/2.ª \(PCP\)](#) – Recomenda ao Governo que proceda à requalificação da Escola Básica de 2.º e 3º ciclo da Trafaria, no concelho de Almada
- [Projeto de Resolução n.º 1018/XIV/2.ª \(CDS-PP\)](#) – Recomenda ao Governo que proceda à requalificação da Escola Básica de 2.º e 3.º ciclos da Trafaria, concelho de Almada
- [Projeto de Resolução n.º 1036/XIV/2.ª \(PSD\)](#) – Recomenda ao Governo que proceda à requalificação da Escola Básica de 2º e 3º Ciclos da Trafaria, concelho de Almada
- [Projeto de Resolução n.º 1068/XIV/2.ª \[Cristina Rodrigues \(Ninsc\)\]](#) – Pela requalificação da Escola Básica de 2.º e 3.º Ciclos da Trafaria, em Almada

8. Apreciação e votação de pareceres de Proposta de Lei e Projetos de Lei

8.1. [Proposta de Lei n.º 82/XIV/2.ª \(GOV\)](#) – Autoriza o Governo a legislar sobre o regime jurídico do ensino individual e do ensino doméstico

- **Deputada relatora:** Cláudia André (PSD)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ª SL

8.2. [Projeto de Lei n.º 761/XIV/2.ª \(BE\)](#) – Determina a revisão do regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário.

- Deputada relatora: Mariana Silva (PEV)

8.3. [Projeto de Lei n.º 762/XIV/2.ª \(BE\)](#) – Programa de vinculação dos docentes de técnicas especiais do ensino artístico especializado nas áreas das artes visuais e dos audiovisuais.

- Deputada relatora: Carla Sousa (PS)

9. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1056/XIV/2.ª \(Cristina Rodrigues \(Ninsc\)\)](#) – Recomenda ao Governo que proceda à revisão dos conteúdos da educação sexual nas escolas garantindo a promoção da igualdade de género

10. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1088/XIV/2.ª \[Joacine Katar Moreira \(Ninsc\)\]](#) – Por uma Educação para a Sexualidade e para os Afetos cujos conteúdos reforcem a promoção da Igualdade de Género nas Escolas, a luta contra a Violência de Género e os estereótipos e uma carga horária que reflita a sua importância educativa

11. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1176/XIV/2.ª \(PCP\)](#) – Propõe a oferta de um exemplar da Constituição da República Portuguesa a cada estudante do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário.

12. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1112/XIV/2.ª \(CDS-PP\)](#) – Recomenda ao Governo a clarificação da equivalência, para fins profissionais, entre antigos bacharelatos e licenciaturas pós-Bolonha

13. Apreciação e votação do relatório final da [petição n.º 179/XIV/2.ª](#) – Por um investimento urgente em Ciência em Portugal

- Deputada relatora: Isabel Lopes (PSD)

14. Discussão e votação do requerimento do PCP para audição urgente do Ministro da Educação sobre a situação dos trabalhadores da Escola Pública e a preparação do próximo ano letivo

15. Outros assuntos

16. Data das próximas reuniões

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ª SL

- **27 de abril de 2021 – 15h30**
 - ✓ Audição de peticionários da [petição n.º 216/XIV/2.ª](#) - Pelo fim das vagas no acesso ao 5.º e 7.º escalão da carreira docente
 - Deputada relatora: (PS)
 - ✓ Audiência ao Sindicato dos Inspectores da Educação e do Ensino

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Deputado Tiago Estevão Martins (PS) pediu o adiamento dos pontos 2, 11 e 12.

A Deputada Joana Mortágua (BE) pediu o adiamento dos pontos 9 e 10.

O Presidente informou que a Deputada Ana Mesquita (PCP), no dia 16/4/2021 (sexta-feira), às 18h42, tinha solicitado a inclusão na Ordem do Dia da discussão do [Projeto de Resolução n.º 1202/XIV/2.ª \(PCP\)](#) – Recomenda a aplicação de medidas de apoio aos trabalhadores do Sistema Científico e Tecnológico Nacional. Não tendo havido consenso, dado que o PS discordou dessa inclusão, a discussão do Projeto de Resolução será agendada para 27 de abril.

A Ordem do Dia, com as alterações referidas, foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD, BE, PCP, CDS-PP e PAN, registando-se a ausência dos Deputados do PEV e da IL.

2. Aprovação de ata

A aprovação da ata de 13 de abril de 2021 foi adiada, a pedido do PS.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de iniciativas

3.1.1. Projetos de Lei e Projetos de Resolução – para apreciação na especialidade

3.1.1.1. [Projeto de Lei n.º 753/XIV/2.ª \(PAN\)](#) - Clarifica a prorrogação do prazo para entrega e apresentação de teses ou dissertações, através de uma norma interpretativa da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro

O Presidente referiu que o Projeto de Lei tinha sido aprovado na generalidade e baixado à Comissão em 08/04/2021 e propôs que fosse equacionado se devia ser pedido parecer às entidades do setor e depois fixado prazo para os Deputados apresentarem propostas de alteração.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ª SL

A Deputada Ana Mesquita (PCP) mencionou que o [Projeto de Lei n.º 726/XIV/2.ª \(PCP\)](#) – Medidas de apoio aos estudantes do Ensino Superior Público – também trata a matéria da prorrogação do prazo para entrega de teses ou dissertações, pelo que propunha que fossem apreciados conjuntamente.

O Deputado Tiago Estevão Martins (PS) concordou com a proposta da Deputada Ana Mesquita (PCP) e propôs que as iniciativas, incluindo o [Projeto de Lei n.º 747/XIV/2.ª \(PS\)](#) – Prorroga medidas excecionais e temporárias para salvaguarda dos direitos dos estudantes do ensino superior - fossem discutidas na especialidade com urgência.

A Deputada Bebiana Cunha (PAN) propôs que em relação ao Projeto de Lei n.º 753/XIV/2.ª (PAN) fosse dispensado o pedido de parecer, uma vez que se trata de uma norma que visou clarificar o que já consta na Lei do Orçamento do Estado para 2021, e que foi aprovada por unanimidade.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) concordou com a apreciação célere.

Na sequência do debate, foi consensualizado pedir parecer sobre todas as iniciativas, incluindo ainda o Projeto de Lei n.º 747/XIV/2.ª, às entidades do setor, até 26/4/2021 e fazer a discussão e votação na especialidade em 27/4/2021.

3.1.1.2. [Projeto de Lei n.º 726/XIV/2.ª \(PCP\)](#) – Medidas de apoio aos estudantes do Ensino Superior Público

[Projeto de Lei n.º 747/XIV/2.ª \(PS\)](#) – Prorroga medidas excecionais e temporárias para salvaguarda dos direitos dos estudantes do ensino superior

A apreciação da metodologia a adotar na apreciação na especialidade foi feita conjuntamente, nos termos referidos no ponto anterior.

3.1.1.3. [Projeto de Lei n.º 752/XIV/2.ª \(PAN\)](#) – Altera o Decreto-Lei n.º 22-D/2021, de 22 de março, possibilitando a realização de exame de melhoria de nota interna no ensino secundário

[Projeto de Lei n.º 760/XIV/2.ª \(PSD\)](#) – Altera o Decreto-Lei n.º 22-D/2021, de 22 de março, permitindo aos Alunos a realização de exame de melhoria de nota interna no Ensino Secundário

[Projeto de Lei n.º 769/XIV/2.ª \(CDS-PP\)](#) – Altera o Decreto-Lei n.º 10-B/2021, de 4 fevereiro, na sua redação atual, de modo a permitir aos alunos a realização de exames nacionais para efeito de melhoria da classificação final

O Presidente referiu que os Projetos de Lei tinham sido aprovados na generalidade e baixado à Comissão em 15/04/2021 e propôs que fosse equacionado se devia ser pedido parecer às entidades do setor e depois fixado prazo para os Deputados apresentarem propostas de alteração.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ª SL

Intervieram no debate os Deputados Cláudia André (PSD), Bebiana Cunha (PAN), Ana Rita Bessa (CDS-PP), Ana Mesquita (PCP) e Tiago Estevão Martins (PS), tendo sido consensualizado não pedir parecer às entidades do setor e que os autores apresentariam um texto conjunto para votação na reunião de 27/4/2021.

3.1.1.4. [Projeto de Resolução n.º 1109/XIV/2.ª \(IL\)](#) – Pelo direito dos estudantes realizarem exames nacionais para melhoria da classificação interna

[Projeto de Resolução n.º 1107/XIV/2.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo que permita que os exames nacionais realizados no presente ano letivo tenham efeito de melhoria da classificação final

O Presidente referiu que os Projetos de Resolução tinham sido aprovados na generalidade e baixado à Comissão em 31/3/2021 e 15/4/2021, respetivamente, tendo proposto que fossem apreciados conjuntamente com os Projetos de Lei n.ºs 752, 760 e 769, referidos no ponto anterior.

A Deputada Bebiana Cunha (PAN) concordou com a apreciação conjunta e na impossibilidade desta equacionou a retirada do Projeto de Resolução n.º 1107/XIV/2.ª. Na sequência de debate, foi consensualizado ver com o Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL) qual a sua posição sobre a matéria.

3.1.2. Proposta de Lei – para apreciação na generalidade

- **[Proposta de Lei n.º 86/XIV/2.ª \(GOV\)](#)** - Aprova a Lei das Grandes Opções para 2021-2025

O Presidente informou que a iniciativa tinha baixado em 15/04/2021, era distribuída ao PCP e a apreciação do parecer seria agendada para 27/04/2021. A Deputada Ana Mesquita (PCP) indicou que seria a relatora.

3.2. Pedido de audiência

Apreciado o pedido de audiência da Associação Nacional de Pais em Ensino Doméstico, para debater questões sobre o regime desta modalidade de ensino (equacionado na [Proposta de Lei n.º 82/XIV/2.ª \(GOV\)](#) – Autoriza o Governo a legislar sobre o regime jurídico do ensino individual e do ensino doméstico), foi deliberado por unanimidade, pelos Deputados do PS, PSD, BE, PCP, CDS-PP e PAN, registando-se a ausência dos Deputados do PEV e da IL, realizá-la numa reunião da Comissão, a agendar proximamente.

3.3. Relatório de audição

O relatório da audição do Inclusive Community Forum (ICF) – NOVA School of Business & Economics (SBE), pelo Grupo de Trabalho - Educação Inclusiva, foi aprovado por unanimidade, pelos Deputados do PS, PSD, BE, PCP, CDS-PP e PAN, registando-se a ausência dos Deputados do PEV e da IL.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ª SL

3.4. Indicação de Deputados relatores em falta

O Presidente da Comissão reiterou os pedidos de indicação de Deputados relatores para o Projeto de Lei, relatório e petição a seguir referidos:

- [Projeto de Lei n.º 794/XIV/2.ª \(BE\) - Cria o programa férias desportivas e culturais](#)
 - ✓ Deputado relator: (PS)
 - ✓ Distribuição da iniciativa na reunião de 13/04/2021
 - ✓ Apreciação do parecer na reunião de 27/04/2021
- [Relatório anual do Governo sobre a participação de Portugal na União Europeia - 2020](#)
 - ✓ Deputado relator: (BE)
 - ✓ Distribuição na reunião de 13/04/2021
 - ✓ Apreciação do parecer na reunião de 27/04/2021
- [Petição n.º 219/XIV/2.ª](#)
 - ✓ Deputado relator: (PS)
 - ✓ Distribuição na reunião de 13/04/2021

3.5. Parlamento dos Jovens

3.5.1. Apreciação e votação das datas das sessões nacionais do Parlamento dos Jovens

A Deputada Maria Begonha (PS), Coordenadora do Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens, referiu que atenta a situação de pandemia, as sessões nacionais de 2021 (dos Ensinos Básico e Secundário) realizam-se por videoconferência, estando a Mesa em regime presencial, na AR e terão a duração de um só dia, propondo-se que a sessão do Ensino Secundário se realize no dia **25 de maio** e a do Ensino Básico no dia **15 de junho**.

3.5.2. Apreciação e votação das alterações ao Regimento do Parlamento dos Jovens

Transmitiu ainda que são propostas alterações ao Regimento do Parlamento dos Jovens, que foram aprovadas por unanimidade pelos Deputados do Grupo de Trabalho, tendo sido distribuídas a todos os Deputados.

As datas das sessões nacionais e as alterações ao Regimento do Parlamento dos Jovens foram depois aprovadas por unanimidade, pelos Deputados do PS, PSD, BE, PCP, CDS-PP e PAN, registando-se a ausência dos Deputados do PEV e da IL.

4. Audição de peticionários da [petição n.º 199/XIV/2.ª](#) – Concurso de mobilidade interna

O Presidente da Comissão deu as boas vindas aos peticionários (ouvidos em videoconferência e identificados na [página da Comissão](#)) e lembrou a grelha de tempos da audição.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.^a SL

Os peticionários referiram o seguinte, em síntese:

1. O Ministério da Educação publicitou uma notícia através da qual deu conta da alteração das regras do concurso de mobilidade interna, tendo estabelecido que o mesmo incluirá apenas horários completos;
2. A alteração suscitou reações contrárias da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas e dos sindicatos de docentes;
3. O Ministério defende que a alteração das regras do concurso tem por base um Acórdão do Tribunal Central Administrativo do Sul que lhe deu razão num concurso anterior de docentes em que pôs a concurso apenas horários completos, mas os peticionários entendem que está a ser feita uma interpretação abusiva do Acórdão;
4. A petição visa uma alteração do Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, que regula os concursos para seleção e recrutamento do pessoal docente, pretendendo os peticionários que no concurso de mobilidade interna sejam incluídos os horários completos e também os incompletos;
5. O concurso de mobilidade interna, que tem vindo a ser aberto a cada 4 anos, é para os docentes do quadro, alguns com mais de 20 anos de funções, se aproximarem da sua residência;
6. Se o concurso incluir apenas os horários completos, as colocações não respeitarão a graduação profissional dos professores e envolverão alteração das regras vigentes quando os professores se candidataram à vinculação a um quadro de zona pedagógica em 2018/2019, pelo que o concurso não será justo e gerará muitos danos para os docentes;
7. Um professor do quadro tem um horário de 35 horas, incluindo as letivas e as não letivas.

Intervieram depois os Deputados Sílvia Torres (PS), António Cunha (PSD, relator da petição), Joana Mortágua (BE), Ana Mesquita (PCP), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Bebiana Cunha (PAN), pronunciando-se sobre a matéria, informando que há várias iniciativas sobre a matéria que vão ser discutidas na sessão plenária de 22/4/2021 e questionando se ainda há tempo para introduzir alterações no concurso.

Os peticionários referiram depois o seguinte, em síntese:

1. Esperam que ainda haja tempo para resolver o problema e para se alterar o regime do concurso;
2. Os peticionários que intervieram na audição têm mais de 20 anos de funções docentes e não conseguem aproximar-se da sua residência;
3. O citado Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, até 2017, foi utilizado nos concursos de mobilidade interna com horários completos e incompletos e só depois disso o Ministério decidiu pôr a concurso apenas horários completos;
4. Os diretores das escolas também querem que haja horários incompletos no concurso de mobilidade interna;
5. A solução de haver apenas horários completos no concurso não é boa nem para os professores, nem para os diretores e para as escolas;
6. O concurso de mobilidade interna tem uma validade de 4 anos e pedem que ainda haja possibilidade de alterações este ano.

A audição foi gravada em suporte áudio, disponível na [página da Comissão](#), o qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ª SL

5. Audição de peticionários da [petição n.º 206/XIV/2.ª](#) – Pela defesa do ensino presencial para as crianças

O Presidente da Comissão deu as boas vindas aos peticionários (ouvidos em videoconferência e identificados na [página da Comissão](#)) e lembrou a grelha de tempos da audição.

Os peticionários referiram o seguinte, em síntese:

1. Há necessidade de conferir proteção às crianças;
2. O ensino não presencial dá uma resposta inferior aos alunos, particularmente para os de idades mais baixas;
3. A positividade ao Covid após a abertura das escolas está ao nível de 0,1%, pelo que constitui um risco pequeno;
4. Realçaram como consequências do ensino à distância, mais dependência das crianças e jovens em relação aos *ecrans*, menor desenvolvimento das capacidades artísticas, crianças menos sociáveis, menos ativas fisicamente, efeitos a nível da saúde mental e menor aprendizagem;
5. Solicitam que a Comissão peça um estudo independente de avaliação dos efeitos do fecho das escolas e do ensino à distância.

Intervieram depois os Deputados Maria Joaquina Matos (PS, relatora da petição), Cláudia André (PSD), Joana Mortágua (BE), Ana Mesquita (PCP) e Ana Rita Bessa (CDS-PP), pronunciando-se sobre a matéria, colocando questões e equacionando a necessidade de recuperação das aprendizagens.

Os peticionários referiram depois o seguinte, em síntese:

1. Reiteraram a importância de se garantir o ensino presencial, mesmo que venha a haver outro confinamento e consideraram que o ensino à distância dá uma resposta menor;
2. A distribuição de meios digitais não é suficiente;
3. É importante avaliar o impacto do fecho das escolas, devendo ser feito um estudo independente aos vários níveis de ensino;
4. É necessária a testagem e vacinação dos elementos da comunidade escolar;
5. A avaliação da garantia de meios não compete aos peticionários;
6. Os direitos das crianças não podem ser secundarizados;
7. O ensino presencial é insubstituível;
8. Gostariam de ter informação sobre a sequência do estudo que propõem.

A audição foi gravada em suporte áudio, disponível na [página da Comissão](#), o qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

6. Discussão e votação na especialidade de Projetos de Resolução

- [Projeto de Resolução n.º 651/XIV/2.ª \(BE\)](#) - Pela autonomia da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ª SL

- [Projeto de Resolução n.º 661/XIV/2.ª \(PCP\)](#) - Pela salvaguarda da autonomia da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova
- [Projeto de Resolução n.º 662/XIV/2.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que encontre uma solução para a Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova social e territorialmente justa para o concelho
- [Projeto de Resolução n.º 683/XIV/2.ª \(PSD\)](#) - Recomenda ao governo que promova esforços concertado para que sejam encontradas soluções alternativas que garantam, simultaneamente, a sustentabilidade financeira do Instituto Politécnico de Castelo Branco e a sua permanência no território de Idanha-a-Nova, contribuindo assim para a coesão territorial e o desenvolvimento de toda esta região do Interior do país
- [Projeto de Resolução n.º 713/XIV/2.ª \(PEV\)](#) - Autonomia administrativa, pedagógica e científica da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova
- [Projeto de Resolução n.º 730/XIV/2.ª \(PS\)](#) - Recomenda ao governo que promova uma solução que salvaguarde o projeto educativo da Escola Superior de Gestão da Idanha-a-Nova e do Instituto Politécnico de Castelo Branco

Tendo sido distribuída uma proposta de texto conjunto e uma proposta de texto alternativo do PCP e do BE, o Deputado Tiago Estevão Martins (PS) solicitou que a votação fosse feita com base no texto dos projetos de resolução e não nos textos conjuntos. O relatório de votação e o texto final estão disponíveis nos projetos de resolução.

7. Discussão e votação na especialidade de Projetos de Resolução sobre a Escola Básica de 2.º e 3.º Ciclo da Trafaria

- [Projeto de Resolução n.º 181/XIV/1.ª \(BE\)](#) – Recomenda ao Governo a construção de uma nova escola básica (2.º e 3.º ciclo) da Trafaria
- [Projeto de Resolução n.º 977/XIV/2.ª \(PCP\)](#) – Recomenda ao Governo que proceda à requalificação da Escola Básica de 2.º e 3º ciclo da Trafaria, no concelho de Almada
- [Projeto de Resolução n.º 1018/XIV/2.ª \(CDS-PP\)](#) – Recomenda ao Governo que proceda à requalificação da Escola Básica de 2.º e 3.º ciclos da Trafaria, concelho de Almada
- [Projeto de Resolução n.º 1036/XIV/2.ª \(PSD\)](#) – Recomenda ao Governo que proceda à requalificação da Escola Básica de 2º e 3º Ciclos da Trafaria, concelho de Almada
- [Projeto de Resolução n.º 1068/XIV/2.ª \[Cristina Rodrigues \(Ninsc\)\]](#) – Pela requalificação da Escola Básica de 2.º e 3.º Ciclos da Trafaria, em Almada

Na sequência da distribuição de um texto conjunto, a Deputada Ana Mesquita propôs uma alteração, tendo-se procedido depois à votação do texto alterado. O relatório de votação e o texto final aprovado estão disponíveis nos projetos de resolução.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ª SL

8. Apreciação e votação de pareceres de Proposta de Lei e Projetos de Lei

8.1. [Proposta de Lei n.º 82/XIV/2.ª \(GOV\)](#) – Autoriza o Governo a legislar sobre o regime jurídico do ensino individual e do ensino doméstico

O parecer, de que foi relatora a Deputada Cláudia André (PSD), foi aprovado por unanimidade, pelos Deputados do PS, PSD, PCP e CDS-PP, registando-se a ausência dos Deputados do BE, PAN, PEV e da IL.

8.2. [Projeto de Lei n.º 761/XIV/2.ª \(BE\)](#) – Determina a revisão do regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário.

O parecer, de que foi relatora a Deputada Mariana Silva (PEV), foi aprovado por unanimidade, pelos Deputados do PS, PSD, PCP e CDS-PP, registando-se a ausência dos Deputados do BE, PAN, PEV e da IL.

8.3. [Projeto de Lei n.º 762/XIV/2.ª \(BE\)](#) – Programa de vinculação dos docentes de técnicas especiais do ensino artístico especializado nas áreas das artes visuais e dos audiovisuais.

O parecer, de que foi relatora a Deputada Carla Sousa (PS), foi aprovado por unanimidade, pelos Deputados do PS, PSD, PCP e CDS-PP, registando-se a ausência dos Deputados do BE, PAN, PEV e da IL.

9. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1056/XIV/2.ª \(Cristina Rodrigues \(Ninsc\)\)](#) – Recomenda ao Governo que proceda à revisão dos conteúdos da educação sexual nas escolas garantindo a promoção da igualdade de género

Adiado, a pedido do BE.

10. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1088/XIV/2.ª \(Joacine Katar Moreira \(Ninsc\)\)](#) – Por uma Educação para a Sexualidade e para os Afetos cujos conteúdos reforcem a promoção da Igualdade de Género nas Escolas, a luta contra a Violência de Género e os estereótipos e uma carga horária que reflita a sua importância educativa

Adiado, a pedido do BE.

11. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1176/XIV/2.ª \(PCP\)](#) – Propõe a oferta de um exemplar da Constituição da República Portuguesa a cada estudante do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário.

Adiado, a pedido do PS.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ª SL

12. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1112/XIV/2.ª \(CDS-PP\)](#) – Recomenda ao Governo a clarificação da equivalência, para fins profissionais, entre antigos bacharelatos e licenciaturas pós-Bolonha

Adiado, a pedido do PS.

13. Apreciação e votação do relatório final da [petição n.º 179/XIV/2.ª](#) – Por um investimento urgente em Ciência em Portugal

O relatório final da petição, de que foi relatora a Deputada Isabel Lopes (PSD), foi aprovado por unanimidade, pelos Deputados do PS, PSD, PCP e CDS-PP, registando-se a ausência dos Deputados do BE, PAN, PEV e da IL.

14. Discussão e votação do requerimento do PCP para audição urgente do Ministro da Educação sobre a situação dos trabalhadores da Escola Pública e a preparação do próximo ano letivo

A Deputada Ana Mesquita (PCP) justificou o requerimento referindo que há várias questões pendentes sobre a situação dos trabalhadores, muita carência de pessoal e que os assuntos devem ser tratados com urgência, dado que o regime da organização do próximo ano letivo deve ser publicado proximamente.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) informou que votaria a favor.

O requerimento foi aprovado por unanimidade, pelos Deputados do PS, PSD, PCP e CDS-PP, registando-se a ausência dos Deputados do BE, PAN, PEV e da IL.

15. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

16. Data das próximas reuniões

- **27 de abril de 2021 – 15h30**
 - ✓ Audição de peticionários da [petição n.º 216/XIV/2.ª](#) - Pelo fim das vagas no acesso ao 5.º e 7.º escalão da carreira docente
 - Deputada relatora: Maria Joaquina Matos (PS)
 - ✓ Audiência ao Sindicato dos Inspectores da Educação e do Ensino

A reunião foi encerrada às 19:07 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 de abril de 2021



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ª SL

O PRESIDENTE

(FIRMINO MARQUES)

Nota: — A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 27 de abril de 2021..



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandra Tavares De Moura (PS)
Carla Sousa (PS)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Lúcia Araújo Silva (PS)
Maria Begonha (PS)
Maria Da Graça Reis (PS)
Maria Joaquina Matos (PS)
Martina Jesus (PS)
Porfírio Silva (PS)
Tiago Estevão Martins (PS)
Alexandre Poço (PSD)
António Cunha (PSD)
Carla Madureira (PSD)
Cláudia André (PSD)
Firmino Marques (PSD)
Ilídia Quadrado (PSD)
Luís Leite Ramos (PSD)
Maria Gabriela Fonseca (PSD)
Joana Mortágua (BE)
Luís Monteiro (BE)
Ana Mesquita (PCP)
Ana Rita Bessa (CDS-PP)
Bebiana Cunha (PAN)
Bruno Aragão (PS)
Eduardo Barroco De Melo (PS)
Fernando José (PS)
Miguel Matos (PS)
Palmira Maciel (PS)
Sílvia Torres (PS)
Telma Guerreiro (PS)
Isabel Lopes (PSD)
Maria Germana Rocha (PSD)
Alexandra Vieira (BE)
Cristina Rodrigues (NINSC)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Cotrim De Figueiredo (IL)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Mariana Silva (PEV)